

A função pública do jornalista: da imparcialidade à coesão social

Mariano Ure

Resumo

O artigo se insere no debate sobre que tipo de jornalismo requerem as sociedades complexas e plurais, e questiona a velha ferramenta da excelência na confecção da notícia. Critica os resquícios da teoria do derrame no terreno da comunicação, segundo a qual quanto maior e mais objetiva for a informação, maior a democracia e a institucionalidade. E assim, reconsidera o critério da imparcialidade e a competência profissional sobre a informação ética, propondo em seu lugar o compromisso social, que se cumpre na promoção de uma cultura da paz. Finalmente, redefine o jornalismo responsável como aquele que media a fragmentação dando lugar à coesão social.

Palavras-chave:

Jornalismo responsável, Violência, Sensacionalismo, Pacificação, Diversidade, Coesão social

Public role of journalist: from impartiality to social cohesion

Abstract

This article inserts in the debate about the kind of journalism is required in complex and plural societies, and argues the old tool of technical quality in newsmaking process. Criticise heritage of spilling theory in communication field, according to if more objective information, more democracy and more institutionality. And thus reconsider criteria of impartiality and professional competence to judge good information in moral terms, proposing in replacement social involvement, which is reach promoting a culture of peace. Finally redefines responsible journalism as journalism that mediate between factions to cause a social cohesion.

Key words:

Responsible journalism, Violence, Sensationalism, Peacemaking, Diversity, Social cohesion

Sobre o autor

Doutor em Filosofia pela
Universidade de Pisa,
professor no Instituto de
Comunicação Social da
Universidade Católica
Argentina.
mariano_ure@uca.edu.ar

Entre paradigmas

Há anos, a agenda de debate sobre a atualidade do jornalismo está monopolizada pela mudança de paradigma que atravessa. As novas exigências que apresentam as sociedades complexas contemporâneas desestabilizam as formas tradicionais de mediar os acontecimentos e os cidadãos. Parece que se o jornalismo não se adaptar a elas, corre o risco de perder sua identidade e até sua própria existência.

Dois grandes processos históricos do século XX explicam a instalação paulatina do tema: a revolução nas telecomunicações e a consolidação da democracia. Um e outro deram origem às duas linhas críticas que convergem aumentando a pressão para uma renovação urgente na maneira de informar. A primeira se localiza precisamente atrás das vertiginosas inovações tecnológicas. Desde a aparição dos *new media* ficou alterada a clássica divisão entre imprensa escrita, rádio e televisão. O jornal on-line teve que se adaptar a demandas mais próprias da TV, por exemplo, a atualização “minuto a minuto” das notícias. No início de 2007, o editor do *The New York Times* anunciou que num período de cinco anos a versão impressa do jornal desaparecerá. Então, um jornal será um meio que, além das informações escritas, oferecerá conteúdos audiovisuais. Quem sabe o jornalista deva sair com uma câmera em vez de um bloco de notas, e quem sabe se transforme em cinegrafista e editor ao mesmo tempo. E, à medida em que as competências do jornalista se tornam mais heterogêneas, com as novas tecnologias a relação jornalista-leitor sofre uma transformação radical. Agora os papéis se confundem: o leitor já não é um destinatário passivo da informação que o jornalista conseguiu coletar e processar, pelo contrário, o leitor se converteu em “fonte de informação” – o caso modelo foram as fotografias do atentado de 7 de julho de 2005 em Londres, tomadas por transeuntes casuais com telefones celulares. Ali se originou o conceito de “jornalismo participativo”, segundo o qual o leitor é um colaborador informal. Mas, por isso mesmo, quiçá represente também a maior ameaça, pois a inclusão do público no fluxo de notícias em condição de gerador põe em dúvida a necessidade da mediação jornalística.

O segundo grupo de reflexões se alinha atrás das condições necessárias para a manutenção da democracia e de seus valores essenciais. Como se sabe, o jornalismo só foi possível e se assentou graças às liberdades concedidas por um sistema de governo com equilíbrio de poderes. Mas, enquanto no início o jornalismo era concebido como o quarto poder ao qual competia – de maneira não reconhecida constitucionalmente – conter os abusos do poder e denunciar toda classe de irregularidades, hoje em dia lhe é pedido um papel ativo, que se converta num defensor

O jornalismo só foi possível e se assentou graças às liberdades concedidas por um sistema de governo com equilíbrio de poderes

aberto da liberdade de expressão, da igualdade e do pluralismo em todos os âmbitos da vida social. De fato, pesa sobre os meios em geral, e sobre os meios jornalísticos especialmente, a responsabilidade pela democratização das sociedades. Por isso critica-se as empresas de mídia que apenas perseguem fins industriais e comerciais, e se insiste em que devem ser organizações que abram um espaço público de diálogo (Cf. Conill, in Conill; Gozávez, 2004: 143). Democratizar, nesta direção, entende-se como “cidadanizar”, ou seja, fazer do habitante um cidadão que, interessado nos fins comuns que reúnem a sociedade, participa ativamente na definição e na conquista dos mesmos (Cf. Cortina, in Conill; Gozávez, *op. cit.*: 11-31).

O liberalismo ético-político de J. Rawls – do qual deriva uma ética institucional que consiste em perseguir e defender o princípio de justiça enquanto equidade (*fairness*) –, a “ética do discurso” de J. Habermas – na qual insta a deixar de lado a ação estratégica e substituí-la pela ação comunicativa, que não é outra coisa senão a ação conjunta que nasce do acordo –, e o “nihilismo positivo” de G. Vattimo – com o qual justifica o pluralismo de conteúdos no sistema de meios –, são, sem dúvida, as teorias que mais influíram para que o jornalismo abandonasse sua tradicional neutralidade e se abstinhasse de lançar juízos de valor. De fato, a pós-modernidade, defensora radical da subjetividade e do diálogo que leva ao entendimento, carrega o mérito de ter introduzido o conceito de co-responsabilidade. A permanência e a consolidação da democracia, então, já não dependeriam exclusivamente do governo, como também da cidadania e, em grande medida, do jornalismo.

Este panorama obriga a repensar o que significa “fazer um bom trabalho”. Efetivamente, a via de melhoramento do trabalho jornalístico consiste em simplesmente atualizar os suportes tecnológicos ou em adaptar o formato da notícia a consumidores cada vez mais apressados e individualistas? Ou será que se assenta no compromisso institucional dos meios e no compromisso pessoal do jornalista de comunicar os valores da democracia? Certamente, as opções não são excludentes, já que as novas tecnologias facilitam a democratização dos meios. De qualquer forma, parece claro que o jornalismo do século XXI, se quiser conservar sua função de serviço, deverá ajustar-se às necessidades específicas das sociedades nas quais se insere. O que resta ainda definir é o tipo de aporte que o espera.

A informação como bem social

Pelo menos no terreno da teoria, ninguém discute que a informação é um bem social. A Declaração dos Direitos Humanos (1948) é o precedente mais sólido a esse respeito. No artigo 19, lê-se que a liberdade de expressão e o acesso à informação

**A pós-modernidade,
defensora radical
da subjetividade e
do diálogo que leva
ao entendimento,
carrega o mérito
de ter introduzido
o conceito de
co-responsabilidade**

são direitos que toda a sociedade deve respeitar para que seus membros possam se desenvolver. Nele se inspiram e justificam as numerosas iniciativas privadas de defesa da liberdade de imprensa e os programas de transparência dos atos da administração pública.

Basta observar as interações sociais no âmbito da política, da economia, da cultura, da ciência e da educação para reconhecer na informação um bem imprescindível. Sem informação a sociedade seria um grande caos. Haveria maiores desigualdades e injustiças, e nenhuma possibilidade de coordenar os esforços para alcançar metas comuns. Com informação, ao contrário, estabelecem-se os elos da cadeia produtiva, transfere-se tecnologia, a concorrência pelos cargos públicos se torna leal, defendem-se os direitos dos trabalhadores, combatem-se doenças, incorporam-se pessoas ao mercado de trabalho, protege-se o meio ambiente etc.

Os inconvenientes começam quando a lógica empresarial domina o sistema de meios. Há meios que assumem a informação como um bem puramente econômico, ou seja, como produto de um setor industrial que se acomoda ao mercado sem escrúpulos com o objetivo de gerar uma maior rentabilidade. Deste modo, abandonam sua função de “serviço público” (Bonete Perales, 2000: 35-39) para se converterem em um “serviço ao público”. O coeficiente de noticiabilidade passa a depender, portanto, do volume potencial de vendas, o que leva a diagramar a agenda segundo um critério unicamente comercial, em vez de priorizar os temas de interesse público.

Sem dúvida, a notícia é um produto – é ridículo pretender que o meio enquanto empresa não trabalhe para aumentar o faturamento –, mas é muito mais que isso, é, sobretudo, um serviço. Quando a informação falta, a sociedade sofre um retrocesso em termos da “participação cidadã” e, em conseqüência, em termos de desenvolvimento. Neste argumento se apóiam as pessoas que apostam numa maior interferência do Estado no sistema de mídia. Frente à tirania da televisão comercial, sustentam, seria dever do Estado proporcionar conteúdos que conservem e enriqueçam a cultura nacional e suas expressões regionais, assim como também promover a educação. Como se sabe, os canais privados resistem em emitir tais conteúdos porque não são suficientemente rentáveis, o que cria uma falência que só as instituições governamentais – sem fins lucrativos – seriam capazes de suprir, pois são as únicas que contam com recursos para manter canais claramente deficitários, que não se financiam com publicidade comercial (Atkinson, 2003: 52-57).

O certo é que a redução da relação entre o jornalismo e o público a uma transação mercantil leva consigo o risco de criar lacunas informativas cuja cobertura seria imprescindível para o

Basta observar as interações sociais no âmbito da política, da economia, da cultura, da ciência e da educação para reconhecer na informação um bem imprescindível

desenvolvimento social e humano. Ali se insere a responsabilidade social que abrange o trabalho jornalístico em seu conjunto, ou seja, tanto do jornalista que trabalha em meios estatais como aquele que o faz em meios privados (Bettetini; Fumagalli, 2001: 295). Na verdade, a função essencial do jornalista consiste em responder ao interesse geral e ao bem da comunidade, e não ao interesse setorial de uma empresa ou de um grupo multimídia. Em geral, o jornalista troca força de trabalho por um salário, mas a responsabilidade que leva sobre suas costas o obriga a transcender essa instância. Se a informação que fornece é, antes de tudo, um bem social, jamais poderá fazer bem o seu trabalho o jornalista que não o assuma como uma vocação.

Um cidadão comum, mas não como qualquer outro

Segundo o sociólogo Manuel Castells, os meios de comunicação não constituem o quarto poder, mas são, melhor dizendo, “o espaço em que se gera, se mantém e se perde o poder” (Castells, in Bonete Perales, *op. cit.*: 256). Com essa descrição, o autor desmistifica o poder absoluto dos meios, contudo, não contaria a idéia de que eles impõem a agenda. É certo que a pressão que exercem os distintos poderes financeiros, religiosos e políticos para intervir em benefício próprio põe em crise a independência editorial. Mas o jornalista experiente sabe bem que, apesar dos condicionamentos externos e internos, goza de uma margem significativa de autonomia para dar sua perspectiva aos acontecimentos.

Se pensarmos em termos de direitos civis, o jornalista é um cidadão comum. No entanto, não é como qualquer outro. Na realidade, ele se encontra em uma situação de privilégio e de relativo poder. Por natureza, o jornalista está habilitado a avaliar a noticiabilidade dos relatos e feitos, ponderando sua envergadura, e a selecionar fontes, priorizando umas sobre outras. Quem frequenta as redações sabe perfeitamente que a informação que finalmente se dá a conhecer é uma pequena parte da informação diária disponível, e o que é publicado, na maioria dos casos, depende do impulso do jornalista que considerou o tema relevante. Esse é o modo pelo qual o jornalista exerce o poder que implica o formar opinião.

O surpreendente é que, apesar da crise de credibilidade que envolve a tarefa informativa, os meios seguem constituindo o primeiro fator de influência na opinião pública. Desde pelo menos duas décadas, perdeu vigência a “teoria da agulha hipodérmica”, segundo a qual os meios afetavam as condutas sociais diretamente e a curto prazo (Mattelart; Mattelart, 1997). Hoje se fala mais de efeitos a longo prazo e de um a audiência crítica, capaz de rejeitar mensagens mal articuladas e tendenciosas. Mas mesmo abandonando as bases de conduta sobre as quais Lasswell avançou, tanto o modelo da “espiral do silêncio” como a perspectiva do *agenda setting* dão

Em geral, o jornalista troca força de trabalho por um salário, mas a responsabilidade que leva sobre suas costas o obriga a transcender essa instância

continuidade à tese de que os meios afetam os processos cognitivos e expressivo-comportamentais do público (Anolli, 2002: 342-346). De fato, apesar dos avanços teóricos, ninguém duvida de que a mídia segue sendo um potente transformador da cultura.

Aí reside a responsabilidade do jornalista. O grau de responsabilidade – entendida aqui como aceitação da capacidade de dar início a um processo que realiza um bem (Fabris, 2006: 52-57) – obedece, em proporção, à força de impacto na sociedade. Por isso aquela que compete ao jornalista é superior à de outras profissões ou ofícios. Como se sabe, os meios jornalísticos, onde trabalham conjuntamente editores, redatores e locutores, são criadores e amplificadores da realidade. A informação que emitem não é mais que uma representação ponderada do real, carregada de subjetividade, mas com impacto comunitário. É certo que a cobertura informativa fixa a agenda dos temas públicos e, ainda mais, estipula como se deve pensá-los.

O primeiro código argentino de ética jornalística, impulsado pelo Fopea (Foro de Periodismo Argentino) ao longo de 2006 e concluído no fim daquele ano, abarca perfeitamente a dimensão social da responsabilidade do jornalista, e a expressa com conceitos fortes e pouco usuais em língua espanhola:

O jornalista serve ao interesse público, nunca a objetivos setoriais nem pessoais, e a informação deve ser considerada como um bem social. O exercício da profissão de um servidor público não habilita a obtenção de benefícios pessoais [...]¹.

A originalidade da declaração reside na definição do jornalista. Entende-se que é um indivíduo e um trabalhador, mas tudo o que isso implica é superado por seu caráter de “servidor público”. A expressão não equivale, neste contexto, à fórmula inglesa *public servant*, que se traduz como “funcionário público”. Em todo caso, se aceitarmos que o jornalista é um “funcionário”, faz-se necessário aclarar que o é, tal como sugeria E. Husserl em relação à missão do filósofo, “da humanidade” e não do “público” – empregado de uma dependência de governo. De qualquer forma, adotando uma terminologia ou outra, a significação é unívoca: posto que a informação é um bem imprescindível para a sociedade, o jornalista deve fazer corretamente o seu trabalho para contribuir em seu desenvolvimento e, para isso, deve ter o leitor como primeiro referente e beneficiário.

Padrões tradicionais da excelência jornalística

As propostas éticas para o jornalismo concretizadas por jornalistas têm um selo próprio, diverso daquelas que provêm de acadêmicos e investigadores. No geral, o jornalista de boa reputação entre seus colegas liga a ética à excelência (De Vedia, 2002-2003: 261-276)². E insiste em que as práticas de qualida-

¹ Ver <www.fopea.org/noname/Contenido/Codigo_de_Etica_de_FOPEA>

² Cf. Soria, 1997: 25. O mesmo transparece nas oficinas de ética que conduz Javier Darío Restrepo (Fundación Nuevo Periodismo Iberoamericano).

de se concretizam se estão acompanhadas por uma busca da verdade que seja sagaz e sem preconceitos.

A pauta do trabalho excelente é a informação completa e exata. Para aí apontam os demais padrões éticos tradicionais. A independência, o rigor, a imparcialidade, a competência, a crítica e a investigação (Torralba Roselló, in Agejas; Serrano Oceja, 2002: 295-307), são instâncias normativas que se justificam pelo feito de favorecerem uma cobertura não só fidedigna, mas também, e antes de tudo, aguda dos acontecimentos de relevância pública. Por isso é dever do jornalista distinguir a informação da opinião, assim como também da publicidade. Ou, da mesma forma, quando se faz necessário checar a informação e recorrer às fontes para corroborar dados. O bom jornalista, desde esta perspectiva, é aquele que informa adequadamente porque está bem informado, e que conta com a habilidade de ser claro e conciso.

Historicamente, diversos agrupamentos de meios, ONGs e sindicatos defenderam a excelência e a transparência informativa através de uma luta aberta contra a censura e contra todo o tipo de mecanismo coercitivo por parte do poder político. Apesar de contar mais de uma década, a Declaração de Chapultepec (março de 1994) – promovida pela Sociedade Interamericana de Imprensa – segue sendo a referência para o jornalismo da região. Nela se adverte que os limites à liberdade de expressão não afetam simplesmente a um corpo profissional, mas desestabilizam a democracia enquanto sistema.

Esta e outras declarações institucionais em defesa da participação cidadã pressupõem a liberdade de imprensa como condição absoluta da excelência jornalística. De nada serve colocar em dúvida o valor da liberdade de expressão; de fato, os benefícios para a sociedade são suficientemente claros para que precisemos enumerá-los. Contudo, tanto a concepção de liberdade sobre a qual avançam, como o lugar que lhe fazem ocupar na hierarquia de valores merecem ser criticados. Por um lado, porque entendem a liberdade desde sua negatividade, ou seja, como liberdade “de” (censura) e, por outro, porque absolutizam o que em realidade vale como ferramenta para alcançar um bem superior.

A tenacidade e o orgulho que marcam a personalidade do jornalista fazem mais saudável a vida em sociedade. O jornalista, pelo menos aquele que não cedeu à tentação de servir a interesses setoriais, tende a rebelar-se ante todo o poder que procura evitar o acesso à determinada informação – daí tomou forma o “jornalismo de denúncia”. Mas a máxima liberdade a que pode aspirar o jornalista é a liberdade positiva, que, contrariamente à negativa, está em função de algo ulterior. A liberdade de expressão é um bem na medida em que é “para” – no sentido de “possibilitar” – outro bem, que tampouco se esgota na excelência.

os limites à liberdade de expressão não afetam simplesmente a um corpo profissional, mas desestabilizam a democracia enquanto sistema

A partir desta crítica emerge um novo critério para avaliar o bom trabalho jornalístico. Com efeito, é necessário estimular insistentemente uma melhor qualidade da informação e destinar recursos para a capacitação permanente do jornalista. No entanto, o círculo da responsabilidade não se fecha aí. Outra vez, posto que a informação é um bem social, a notícia não é ótima – e, portanto, moralmente boa – por sua correção sintática, clareza e síntese, por conter os “5 W” ou por estar construída sobre uma perfeita pirâmide invertida. Mas sim por contribuir ao desenvolvimento social. Por essa razão, não basta que o jornalista reporte com honestidade e exatidão os feitos para cumprir sua função de servidor público. É preciso que a informação gere um impacto tal que desperte o interesse de distintos atores sociais para uma solução efetiva de algum dos déficits da sociedade que compõem.

Resposta às necessidades sociais

A responsabilidade do jornalista sempre deve ser entendida como social (Martín; Ferrer, 2002: 11-38), precisamente pelo alcance das ações individuais que executa. De todas as formas, a responsabilidade é sempre própria, contrariamente à atitude pós-moderna, que dilui a responsabilidade pessoal culpando a um todo social ou institucional abstrato (Bauman, 2004: 25-27) – assim o faz um importante número de jornalistas, que tranquilizam sua consciência acusando aos meios-empresas de não lhes permitirem cobrir certos assuntos de interesse público, seja porque se oponham aos interesses dos grandes anunciantes, ou porque debilitem um poder político que querem sustentar. De fato, tal como o afirma a filosofia da alteridade, com Buber, Marcel e Lévinas à frente, ser responsável significa assumir o dever de responder à solicitação do outro, que me chama pelo nome e me pede atenção e respeito. Agora, mesmo que a resposta possa ser apenas pessoal – é certo que em ética não há legítima representação, ou seja, ninguém pode responder por outra pessoa –, a interpelação não provém forçosamente de um sujeito individual com o qual se intercambiam perspectivas sobre o real. Em muitos casos, a interpelação toma a forma de necessidade social.

Daí que a função social do jornalista não se reduza a refletir, como um espelho, o que observa. O velho paradigma do jornalismo objetivista caiu indeclinavelmente (Galdón López, 1999). Não se pode ser cabalmente objetivo, nem sequer tendo a pura intenção de reportar as coisas “tal como elas são”. O jornalista socialmente responsável, pelo contrário, não se limita a intervir no curso da história, mas se atreve a dar sua visão sobre a mesma; por isso, não considera o compromisso uma falta à excelência, mas sim sua maior virtude e condição.

³ Cf. Sinópolis, 2006: 181.

Estar comprometido – responder – com as necessidades particulares da sociedade a qual pertence, não implica simplesmente fazer “jornalismo solidário”. Nos últimos anos, viu-se um incremento de suplementos solidários, que dão notícia de empreendimentos levados a cabo por organizações sem fins lucrativos e incitam a colaboração do público. Mas isso não significa incluir as ações e aspirações dos atores do setor social – líderes comunitários, associações de bairros etc. – no fluxo informativo com o propósito de que consigam ter voz de peso nas decisões públicas. Nesta última linha se localiza o incipiente “jornalismo social”:

O jornalista que se coloca na perspectiva do jornalismo social se sente, antes de tudo, um cidadão comprometido com a realidade de seu país e como tal, um ator social de peso. Deste modo, subtrai-se da idéia de que o jornalista é uma testemunha objetiva da realidade e adota uma atitude pró-ativa no desenvolvimento da profissão. (Cytrynblum, 2004: 64.)

Até aí é possível estar de acordo; mas a perspectiva do “jornalismo social” corre sérios riscos de se converter em um “jornalismo militante”, com o que isso implica, ou seja, que já não serve mais ao público em geral, mas advoga em defesa de uma causa particular (Pérez del Pozo, 2005: 47-60). As dúvidas aumentam quando se afirma que a sociedade necessita de um jornalismo “que vigie para que a mesa do poder tenha sempre pelo menos três patas: atores políticos, atores do mercado e atores sociais [...]”; que defenda que o setor social esteja integrado nas decisões e que, se assim não for, mostre-o em suas coberturas” (Cytrynblum, *op. cit.*: 51). Evidentemente, comprometer-se supõe adotar uma postura, abandonar a neutralidade do objetivismo. A militância, no entanto, é outra coisa. O “jornalista militante” ou o “militante tornado jornalista” faz política com a informação que difunde.

Mas, por mais que a informação tenha força para formar opinião e transformar a cultura, a função do jornalista não é política (De Vedia, *op. cit.*), e menos ainda partidária. Seu compromisso com as necessidades sociais é um compromisso com a humanidade daqueles que são afetados por elas.

Violência, principal inimigo da democracia

A lista de necessidades sociais às quais o jornalista deveria responder ética e profissionalmente é, por certo, extensa e mereceria ser discutida em profundidade. Mas há uma que se destaca e, ainda hoje, flagela principalmente as sociedades com menor solidez institucional. Trata-se da violência, em seu leque de concepções, que ataca os pilares da democracia – a liberdade, a justiça e a tolerância. Promovida pela exacerbação do partidarismo, a violência corrompe o sentido do comunitário, daquilo que per-

Promovida pela exacerbação do partidarismo, a violência corrompe o sentido do comunitário, daquilo que pertence a todos por igual e que se constrói cooperativamente

tence a todos por igual e que se constrói cooperativamente, e cria divisões das quais apenas poucos saem ganhando.

Usualmente se identifica a violência com a luta armada entre diferentes bandos que não encontram vias institucionais para resolver seus conflitos. Isso se aplica tanto aos conflitos bélicos internacionais como nacionais e, inclusive, à criminalidade. Com Vattimo, o significado do termo se amplia. Violência, sustenta o autor italiano, é “todo o pensamento forte”, unilateral ou dogmático, que não aceita o pluralismo e a diversidade de critérios e assim, dá lugar a um “nós, possuidores da verdade” contra “eles, que estão errados” (Vattimo, 2004). Daí deriva a idéia de que todo abuso de poder ou de autoridade é violento, independentemente da utilização ou não de armas. Em uma linha similar, Habermas (1999) afirma que, além disso, temos que entender a violência como exclusão, em particular a exclusão da participação na “esfera pública”. A desinformação, então, poderia ser considerada violência, pois gera uma nova gama de ricos (incluídos) e pobres (excluídos) em conhecimento (Galdón López, *op.cit.*).

Quando se discute a relação entre a violência social e os meios de comunicação, o discurso tradicional recorre ao caminho da acusação, sobretudo à televisão, da difusão de fatos que mostram uma agressividade desmedida (Fisas, in Bonete Perales, *op. cit.*: 263-266), o que geraria, principalmente entre as crianças e adolescentes, um efeito de imitação. Se isso é pelo menos parcialmente certo, também a imprensa, o rádio e os meios eletrônicos têm sua cota de responsabilidade, porque permanentemente reportam fatos violentos. Mas então, o jornalista deveria se negar a cobrir acontecimentos com essas características? Querer tapar a violência excluindo-a da agenda informativa seria um grave erro. Fazer jornalismo dando apenas “boas notícias” é uma pretensão ingênua, que ainda desnaturalizaria a função jornalística. Pelo contrário, o compromisso com uma sociedade aflita por causa da violência demanda um jornalismo que a reconstrua simbolicamente, pois logo que se conhecem os hábitos e as estruturas sociais é possível projetar como deveriam ser.

Não há nada mais ineficaz para alcançar a paz social que negar os acontecimentos violentos. Justamente porque a violência é “o resultado da incomunicação” (Fernández Pedemonte, 2001: 23), a proporção deveria ser totalmente oposta: quanto maior a violência, mais espaço nos meios. O grande poder da comunicação consiste na capacidade de criar acordos graças aos quais os “adversários” passam a ser “colaboradores” em uma causa comum. Por isso, contrariamente ao que indica o espírito fragmentário da pós-modernidade (Harvey, 2004: 61 e 134.), o jornalismo contribui com a pacificação na medida em que recupera a universalidade. Uma universalidade que não tenha conotações dogmáticas, mas que promova a superação dos partidarismos extremos, o que

Não há nada mais ineficaz para alcançar a paz social que negar os acontecimentos violentos. Justamente porque a violência é “o resultado da incomunicação”

implica, por sua vez, no reconhecimento da co-responsabilidade pelo presente e pelo futuro da sociedade.

O jornalista envolvido com a sedimentação de uma cultura da paz não apela a estereótipos extremos. Descrever as coisas de maneira simplista, como se fossem brancas ou pretas, gera oposições inúteis que travam o processo de definição de objetivos comuns (Laiño, 2001). De fato, o sentido da circulação de informação é outro: aproximar posições, não alentar controvérsias para assegurar material para a cobertura. A exceção, como há em toda a regra, é a absoluta intolerância frente aos setores que apelam sistematicamente à violência, pois, assim que sua pretensão de verdade perde a batalha argumentativa pública, resistem a aceitar o consenso da maioria. Só neste caso é legítimo que o jornalista incite a marginalização.

Crônicas com “capacete azul”

Chama atenção que entre os valores inspiradores dos códigos deontológicos figurem o pluralismo, a justiça, a tolerância e a liberdade, mas raramente ou apenas de maneira implícita, a paz. Isso se explica, quem sabe, pela crença um tanto ingênua de que tolerar a diversidade desemboca naturalmente na paz social. Mas isso não é verdade, posto que a paz implica, além de respeito pelo diferente – que em muitos casos ocorre com indiferença –, o conhecimento de suas pretensões, o reconhecimento de seus direitos e a promoção de sua identidade.

Realmente, os códigos não acertaram o alvo em relação ao jornalismo requerido pela “era da inclusão pela informação”, se assim podemos definir. O “jornalismo social” acerta ao apontar que apenas o jornalista comprometido está em condições de aportar um bem social com a notícia que constrói e difunde. Há um ponto, no entanto, que obriga a nos afastarmos deste enfoque. O compromisso deve ser com a paz social e não com um terceiro setor excluído das decisões políticas. Ou, melhor dizendo, o compromisso também abarca a inclusão da sociedade civil organizada, mas apenas na medida em que leva à conciliação e não, como transparece em certos programas de inclusão, à substituição de um poder por outro.

A tendência cada vez mais sólida à espetacularização da informação (*infotainment*) é, sem dúvida, o maior obstáculo à erradicação dos conflitos sociais que atentam contra a institucionalidade. Dar espaço a fatos violentos é necessário desde o momento em que eles afetem o funcionamento normal das instituições. Outra coisa, radicalmente distinta, é fazer negócio com a violência. Contudo, o sensacionalismo – que acaba fazendo entretenimento do essencialmente trágico (Fernández Pedemonte, *op. cit.*: 115)⁴

⁴ Cf. Martini, 2000: 19-20.

– continua sendo o instrumento mais utilizado para que a informação, como se diz no jargão jornalístico, tenha um “gancho”, desperte o interesse do leitor. Se o jornalismo ainda não conseguiu se desapegar do vício que significa a busca constante do escandaloso, responde precisamente à avidez da ganância e ao empobrecimento da vocação de serviço. Se não for assim, não é possível compreender por que a balbúrdia nos campos de futebol circula mais que os gols, nem que na véspera do início do ano letivo sejam notícia as falhas na infra-estrutura de uma escola e não as boas condições das restantes, nem por que é prática diária de muitos jornalistas provocar pessoas públicas para que façam declarações polêmicas. O nefasto disto, afirma Eloy Martínez (1997), é que “cada vez que um jornalista coloca lenha no fogo fátuo do escândalo está apagando com cinzas o fogo genuíno da informação”. O jornalismo, acrescenta, “não é um circo para se exibir, mas um instrumento para pensar, para criar, para ajudar ao homem em seu eterno combate por uma vida mais digna e menos injusta” (*ibid*).

Se permitem um jogo de luzes, ou melhor, de cores, enquanto o “amarelismo” fomenta a violência, o “azulismo” a contraria. O jornalista que assume sua responsabilidade social se converte, de certo modo, em *peacemaker*, cujo aporte ao desenvolvimento democrático e humano consiste na mediação entre facções que, ao se enfrentarem, põem em risco a obtenção de objetivos comuns. A partir dos valores tradicionais, a tarefa jornalística também consiste em mediar, mas ali a mediação se dá entre o acontecimento e o leitor através do relato da testemunha. Desde a perspectiva ético-social, por outro lado, o jornalista media entre os adversários de modo tal que surjam elementos de união ignorados até o momento.

A aproximação ou o distanciamento entre facções em conflito depende, antes de tudo, do tratamento da notícia. A linguagem utilizada tem um papel fundamental. A informação articulada em sentenças tende a aumentar as oposições (Grijelmo, 1997: 556) e, mais ainda, quando justifica a violência ou a acompanha com adjetivos positivos (Soria, *op. cit.*: 246), o que não é outra coisa que uma aberta apologia, ou inclusive quando dá a notícia de um evento com uma linguagem totalitária (Martín Vivaldi, 1998: 260-262). Um interessante estudo qualitativo e quantitativo da cobertura informativa na crise política da Argentina em dezembro de 2001 revela o poder de impacto que o enfoque dá à informação. Nessa ocasião, mostra o estudo, os meios foram solo fértil para o cultivo da violência social, posto que espetacularizaram os enfrentamentos e reduziram simbolicamente o conflito aos mesmos, quando, na realidade, tratava-se apenas da manifestação – trágica, mas nem sequer espontânea – de uma crise muito mais profunda e comple-

O jornalista que assume sua responsabilidade social se converte, de certo modo, em peacemaker, cujo aporte ao desenvolvimento democrático e humano consiste na mediação entre facções

xa. Desta maneira, conclui a investigação, não cumpriram a razão de ser de um sistema de mídia em uma crise institucional, a saber, “a proteção da vida e cultura democráticas” (Álvarez Teijeiro; Farré; Fernández Pedemonte, 2002).

Contra a divisão em relação à diversidade

Por um lado, o jornalista deve se cuidar para não cair na tentação do “facilismo” que implica o “amarelismo”, precisamente por seu resultado fragmentado; mas, além disso, deve estar atento para não ser funcional às estratégias baixas da política que, ainda em nossos dias, aplica insistentemente o velho ditado “divide e reinarás”. Tanto para conservar o poder como para justificar ações que gerariam rejeição massiva por parte dos cidadãos, apareceram nos últimos anos governantes com aspirações messiânicas, que personalizam o Estado e, o que é pior, se apresentam como “o bem”. Aí se forma a estratégia de demonização de quem não pensa como o governo e de quem não presta seu apoio incondicional às políticas que ele executa.

Construir a paz desde a informação supõe, pelo contrário, uma filosofia da primeira e da segunda pessoa, do “eu” e “tu”, na que já não resta lugar para nenhum demônio, para nenhum “ele”. À primeira vista, a proposta tem um tom utópico. É certo, é inviável que uma sociedade plural alcance o entendimento pleno. Mas há um grau de coesão possível ao qual é legítimo se agarrar, a saber, a coesão que significa a tomada de consciência de que o espaço social pertence a todos e que os contém por igual. Fazer com que os atores sociais conformem um “nós” em que não haja “eles” não resulta, no entanto, na eliminação das diferenças nem das controvérsias ideológicas, mas somente no reconhecimento de que o destino é comum e que somos co-responsáveis tanto pelos êxitos quanto pelos fracassos.

Sob nenhum aspecto a divisão e a diversidade podem ser consideradas sinônimos. De fato, a diversidade não tem porquê ser fragmentação. Assim como tampouco podemos equiparar coesão e uniformização cultural, ideológica, religiosa ou qualquer outra. A filosofia da alteridade, prima do existencialismo e, por isso, contrária a Hegel, ensina-o claramente: a união não deve derivar em fusão, pois isso significaria aniquilação de um em favor de outro. A união, como indica outro velho ditado, “faz a força”, mas a uniformização degenera em autoritarismo. Ambos os extremos se tocam: a fragmentação e a uniformidade dilapidam toda possibilidade de desenhar programas que dêem lugar a um bem do qual se beneficiem todos os integrantes da sociedade através de uma distribuição justa.

Uma sociedade em coesão é, claramente, uma sociedade unificada, capaz de se apresentar com identidade própria diante de outras sociedades. De todo modo, coesão significa comunidade de

Sob nenhum aspecto a divisão e a diversidade podem ser consideradas sinônimos. De fato, a diversidade não tem porquê ser fragmentação

interpretação que comparte valores, onde ficam reduzidas as disparidades e onde se gera uma vontade de cooperação para levar a cabo diversos projetos coletivos (Stanley, 2003: 5-17). A uniformização é outra coisa; aí, os valores são comuns, mas ao invés de serem compartilhados, são impostos pelo mais forte, e os projetos não são coletivos, mas respondem aos interesses das elites. O próprio conceito de coesão, pelo contrário, aceita e inclusive incentiva o pluralismo. Há coesão na medida em que a diversidade, acordada pacificamente, torna-se a maior riqueza, ou seja, sempre que os fins sociais comuns sejam definidos e realizados com o aporte de todos. Por isso, não corresponde ao jornalista que trabalha com consciência, tendo em vista o horizonte ético da coesão, uniformizar vozes – omitindo fontes por seu corte ideológico etc. –, mas somente aproximar àquelas inicialmente distantes para que, ainda em sua diversidade, alcancem consensos básicos. Dito de outro modo, corresponde-lhe gerar o sentido de “nós”. Apenas uma sociedade com uma identidade bem definida, reunida em torno de fins dialogicamente prefigurados, respeita os direitos humanos e coopera para o desenvolvimento do conjunto.

Considerações finais

É possível que um sistema autorregulatório mais sólido ajude a melhorar a qualidade do jornalismo. De todas as formas, as realizações que podem ser obtidas por essa via sempre resultarão inferiores às expectativas, tal como foi até agora. Há um outro caminho, mais auspicioso, para atingir este objetivo: o estímulo a uma mudança de atitude por parte do jornalista, de modo que assuma pessoalmente sua função pública. Isso implica, naturalmente, uma mudança de paradigma em relação ao que merece ser qualificado como “bom trabalho”. A partir da ótica ético-social, é bom jornalista o responsável, e não o competente em termos técnicos. Ou, melhor dizendo, aquele que reporta a realidade com excelência, mas também com compromisso social – a pura competência profissional não é garantia de responsabilidade.

Tal compromisso com o social é mais básico e profundo que a decisão de incluir, na agenda de notícias, problemáticas sociais como a contaminação ambiental em zonas povoadas, a dependência química e outras. Trata-se da contribuição explícita a uma pacificação que abre caminho à coesão, a um “nós” plural. Uma vez alcançado um significativo grau de coesão, os problemas sociais irão encontrando solução. Daí que o jornalista deva converter o próprio espaço midiático em um âmbito de diálogo que favoreça a inclusão dos interessados, a transparência de suas aspirações, o intercâmbio argumentativo e a liberdade na tomada de posição em relação às pretensões de verdade alheias.

**É bom jornalista
aquele que reporta
a realidade com
excelência, mas
também, com
compromisso social**

É difícil prever com exatidão se o jornalismo do futuro próximo será mais consciente de seu papel público, e de qual é o déficit social ao que deverá responder. O que sim se pode assegurar é que o novo jornalismo deverá abandonar sua tradicional imparcialidade – se queremos que a informação produzida siga sendo, efetivamente, um bem social – e se comprometer a difundir o valor da paz intra e intercomunitária, o que não o converte instrumento apologético de uma doutrina, mas num defensor da humanidade.

Referências

- AGEJAS, José Ángel y SERRANO OCEJA, Francisco José (eds.). *Ética de la comunicación y de la información*. Ariel: Barcelona, 2002.
- ÁLVAREZ TELJEIRO, Carlos, FARRÉ, Marcela y FERNÁNDEZ PEDEMONTE, Damián, *Medios de comunicación y protesta social*. La Crujía: Buenos Aires, 2002.
- ANOLLI, Luigi. *Psicologia della comunicazione*. Il Mulino: Bolonia, 2002.
- ATKINSON, Dave. *La televisión de servicio público en la era de la competencia*. UNESCO, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. *Ética posmoderna*. Siglo XXI: Buenos Aires, 2004.
- BETTETINI, Gianfranco y FUMAGALLI, Armando. *Lo que queda de los medios: ideas para una ética de la comunicación*. La Crujía: Buenos Aires, 2001.
- BONETE PERALES, Enrique (ed.). *Ética de la comunicación audiovisual*. Tecnos: Madrid, 2000.
- CONILL, Jesús y GOZÁLVEZ, Vincent (eds.). *Ética de los medios: una apuesta por la ciudadanía audiovisual*. Gedisa: Barcelona, 2004.
- CYTRYNBLUM, Alicia. *Periodismo social: una nueva disciplina*. La Crujía: Buenos Aires, 2004.
- DE VEDIA, Bartolomé. La responsabilidad de los medios periodísticos en la era de la información. *Anales de la Academia Nacional de Ciencias Morales y Políticas* (Argentina) 30 (2002-2003), pp. 261-276.
- ELOY MARTÍNEZ, Tomás. Periodismo y narración: desafíos para el siglo XXI (Conferencia pronunciada ante la asamblea de la SIP el 26 de octubre de 1997 en Guadalajara, México) [Véase en: www.fnpi.org]
- FABRIS, Adriano. *Etica della comunicazione*. Carocci: Roma, 2006.
- FERNÁNDEZ PEDEMONTE, Damián. *La violencia del relato*. La Crujía: Buenos Aires, 2001.
- GALDÓN LÓPEZ, Gabriel. *Desinformación: Métodos, aspectos y soluciones*. EUNSA: Pamplona, 1999.
- GRIJELMO, Alex. *El estilo del periodista*. Taurus: Madrid, 1997.
- HABERMAS, Jürgen. *La inclusión del otro*. Paidós: Barcelona, 1999.
- HARVEY, David. *La condición de la posmodernidad*. Amorrortu: Buenos Aires, 2004.
- LAIÑO, Lauro Félix. *El periodismo como deber social*. Academia Nacional de Periodismo (Argentina): Buenos Aires, 2001.

- MARTÍN, Víctor; FERRER, Juliana; CLEMENZA, Caterina. Aproximación a una ética de la responsabilidad. *Cuadernos de Filosofía Política, Ética y Pensamiento Filosófico Latinoamericano*, 5 (2002), pp. 11-38.
- MARTÍN VIVALDI, Gonzalo. *Géneros periodísticos*. Paraninfo: Madrid, 1998.
- MARTINI, Stella. *Periodismo, noticia y noticiabilidad*. Norma: Buenos Aires, 2000.
- MATTELART, Armand; MATTELART, Michele. *Historia de las teorías de la comunicación*. Paidós: Barcelona, 1997.
- PÉREZ DEL POZO, María José. Aproximación a la evolución de los medios de comunicación para el desarrollo. *Revista Española de Desarrollo y Cooperación*, 15 (2005), pp. 47-60.
- SINÓPOLI, Daniel. *Ética periodística: ensayos sobre responsabilidad social*. Ugerman: Buenos Aires, 2006.
- SORIA, Carlos. *El laberinto informativo: una salida ética*. EUNSA: Pamplona, 1997.
- STANLEY, Dick. What Do We Know About Social Cohesion. *Canadian Journal of Sociology*, 1 (2003), pp. 5-17.
- VATTIMO, Gianni. *Nihilismo y emancipación*. Paidós: Barcelona, 2004.

Recebido em 30 de agosto de 2008
Aprovado em 25 de outubro de 2008